

Aprovo o presente Caderno de Encargos, nos termos da delegação de competências conferidas pelo art.º 14º das Normas de Execução ao Orçamento para 2021

O Vice-Presidente da Câmara
Jorge Manuel Carrega Pio



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO

“Aquisição de serviços de limpeza e higiene a edifícios e outros espaços municipais”

Valor Base: € 119.463,00

Prazo de execução: 180 dias

Concurso Público nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 16º e Capítulo I, do título I da Parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto



CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
 - 1.1. Objeto
 - 1.2. Prazo
 - 1.3. Preço Base
2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
 - 2.1. Obrigações principais do prestador de serviços
3. Meios disponibilizados pela entidade adjudicante
4. Cedência e Utilização de Instalações da Entidade Adjudicante
5. Direito de Auditoria
6. Avaliação da Qualidade da Prestação dos Serviços
7. Modelo de Reporte e Monitorização
8. Patentes, Licenças e Marcas Registadas
9. Níveis de Serviço e requisitos técnicos de qualidade
10. GESTOR DO CONTRATO
11. COLABORAÇÃO RECÍPROCA
12. INFORMAÇÃO E SIGILO
13. PREÇO CONTRATUAL
14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. ADIANTAMENTOS DE PREÇO
16. JUROS DE MORA
17. FATURA ELETRÓNICA
18. REVOGAÇÃO
19. RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE
20. RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA
21. RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO
22. APLICAÇÃO DE SANÇÕES CONTRATUAIS
23. FORÇA MAIOR
24. FORO COMPETENTE
26. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL PELO COCONTRATANTE
27. EXECUÇÃO PESSOAL
28. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES
29. CONTAGEM DE PRAZOS
30. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “**Aquisição de serviços de limpeza e higiene a edifícios e outros espaços municipais**”.

1.2. Prazo

1.2.1. O prazo para execução da presente prestação de serviços é de **180 dias** a contar da data da celebração do contrato;

1.2.2. Atendendo à incerteza provocada pela doença Covid19, e tratando-se de uma epidemia, caso não seja possível a prestação de serviços correspondente ao todo ou parte a do contrato, por exemplo, caso haja redução de serviços por motivos da pandemia ou outros decretados pelas autoridades nacionais, que obriguem ao fecho ou restrição de utilização, não haverá lugar ao pagamento do período correspondente à não prestação dos serviços;

1.2.3. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, nomeadamente a garantia dos serviços prestados;

1.3. Preço Base

O preço base, no valor de **€ 119.463,00** (cento e dezanove mil, quatrocentos e sessenta e três euros), é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do contrato. O Procedimento está dividido em 9 lotes.

1.3.1. Valores base de cada lote:

1.3.1.1. Lote 1 - Edifícios Administrativos – € 24.696,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e seis euros);

1.3.1.2. Lote 2 - Edifícios Culturais - € 21.540,00 (vinte e um mil, quinhentos e quarenta euros);

1.3.1.3. Lote 3 - Edifícios Desportivos - € 9.600,00 (nove mil e seiscentos euros);

1.3.1.4. Lote 4 - Edifícios Operacionais - € 13.716,00 (treze mil, setecentos e dezasseis euros);

1.3.1.5. Lote 5 - Parques de Estacionamento - € 13.020,00 (treze mil, e vinte euros);



- 1.3.1.6. **Lote 6 – Vidros** - € 7.935,00 (sete mil, novecentos e trinta e cinco euros);
- 1.3.1.7. **Lote 7 - Incubadora Industrial (Lote 120)** - €3.396,00 (três mil, trezentos e noventa e seis euros);
- 1.3.1.8. **Lote 8 - Escola Secundária de Alcains** - € 12.780,00 (doze mil, setecentos e oitenta euros);
- 1.3.1.9. **Lote 9 - Escola Básica Afonso de Paiva** - € 12.780,00 (doze mil, setecentos e oitenta euros).

2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

2.1. Obrigações principais do prestador de serviços

2.1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de cumprir com zelo o serviço contratado
- b) Obrigação da prestação dos serviços de acordo com as especificações técnicas e demais documentos em anexo ao caderno de encargos;
- c) Obrigação de prestação dos serviços no prazo definido;
- d) Obrigação da prestação dos serviços em conformidade com os termos contratuais;
- e) Obrigação de garantia dos serviços;
- f) Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da utilização, aquando da prestação dos serviços de marcas, patentes registadas, bem como de licenças;

2.1.2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. Meios disponibilizados pela entidade adjudicante

3.1. A Entidade Adjudicante assegurará gratuitamente o fornecimento e utilização de:

- 3.1.1.** Energia elétrica para o funcionamento das máquinas a utilizar
- 3.1.2.** Água necessária à execução das tarefas de limpeza;
- 3.1.3.** Instalações para a arrecadação e armazenamento de equipamento e material de limpeza.

4. Cedência e Utilização de Instalações da Entidade Adjudicante



- 4.1. A Entidade Adjudicante garantirá ao Adjudicatário instalações para apoio e realização ao desenvolvimento dos serviços de limpeza necessários ao cumprimento do contrato;
- 4.2. O Adjudicatário utilizará as instalações cedidas, cumprindo as normas internas ambientais, de segurança, higiene e saúde no trabalho da Entidade Adjudicante;
- 4.3. O Adjudicatário garantirá o adequado acondicionamento e arrumação dos produtos de limpeza e máquinas utilizados, de acordo com o estabelecido no caderno de encargos;
- 4.4. O Adjudicatário será responsável pelo bom estado das instalações que lhe forem cedidas e a realização das Ações de manutenção necessárias à sua conservação, bem como as medidas necessárias à guarda e segurança dos bens, reservando-se a Entidade Adjudicante o direito de o auditar;
- 4.5. Não será permitido que outro pessoal para além do estritamente necessário permaneça nas instalações da Entidade Adjudicante e apenas o poderá fazer durante o período de prestação dos serviços;
- 4.6. O Adjudicatário não poderá utilizar as instalações da Entidade Adjudicante para fim diverso daquele que constitui o objeto do contrato.

5. Direito de Auditoria

- 5.1. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de auditar os serviços objeto do contrato, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aquilo que não esteja de acordo com as indicações contratuais, ou com a boa prática corrente.
- 5.2. O exercício do direito de auditoria por parte da Entidade Adjudicante não diminui, de qualquer modo, a responsabilidade do Adjudicatário no caso de se verificar posteriormente a deficiente execução do contrato.

6. Avaliação da Qualidade da Prestação dos Serviços

- 6.1. A avaliação da qualidade do serviço prestado é efetuada, considerando o seguinte:
- 6.2. As auditorias realizadas em cada instalação, onde se realize a limpeza, verificando o estado da limpeza das instalações, em que o Gestor do Contrato definirá se o estado da instalação analisada após a limpeza está conforme os resultados definidos nos Anexos A e B do Caderno de Encargos e no documento "Especificações Técnicas" e cumpre os requisitos e níveis de serviço definidos no Ponto 9 deste Caderno de Encargos;
- 6.3. Para além do estipulado na alínea anterior será ainda dada particular importância aos seguintes aspetos:
 - 6.3.1. A entrega atempada dos relatórios e registos previstos no presente caderno de encargos pelo Supervisor do Adjudicatário ao Gestor de Contrato da Entidade Adjudicante;
 - 6.3.2. A informação contida nos relatórios e registos referidos na alínea anterior;
 - 6.3.3. A comunicação periódica entre o Supervisor do Adjudicatário e o Gestor do Contrato;



- 6.3.4.** O registo de visitas periódicas do Supervisor do Adjudicatário às instalações da Entidade Adjudicante;
 - 6.3.5.** A recolha diária dos resíduos existentes na Entidade Adjudicante e a correta segregação dos resíduos nos contentores de recolha seletiva da Câmara Municipal de Castelo Branco;
 - 6.3.6.** A regularidade e tipo de reclamações apresentadas pelos trabalhadores ou clientes da Entidade Adjudicante e a rapidez de resposta e tratamento conferido pela Encarregado e Supervisor do Adjudicatário;
 - 6.3.7.** A arrumação, limpeza e uso das instalações cedidas ao Adjudicatário;
 - 6.3.8.** A adequada identificação e armazenagem dos produtos de limpeza e equipamentos.
- 6.4.** As auditorias são realizadas pelo Gestor de Contrato, conforme o Ponto 4 do documento "Especificações Técnicas" em anexo ao Caderno de Encargos, acompanhado pelo Supervisor do Adjudicatário, sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria;
- 6.5.** Nas auditorias é atribuída uma avaliação de 0 (zero) para Não Conforme e de 1 (um) para Conforme, na classificação dos resultados pretendidos para cada uma das especificações definidas nos Anexos A e B do Caderno de Encargos e no documento "Especificações Técnicas".
- 6.6.** O resultado da avaliação do estado de limpeza expresso em % (percentagem), decorre da média da classificação atribuída (0 ou 1) e da importância relativa dos níveis de qualidade da limpeza (1 a 3). Uma avaliação do Estado de Limpeza é considerada conforme se o resultado for igual ou superior a 80%.
- 6.7.** A avaliação dos processos e meios utilizados é efetuada continuamente pelo Gestor de Contrato, podendo suportar-se no referido no n.º 1 deste artigo.
- 6.8.** O resultado da avaliação dos processos e meios utilizados decorre da identificação e somatório mensal das não conformidades por grau de gravidade – muito grave ou grave de acordo com o Anexo D do Caderno de Encargos. Uma avaliação dos processos e dos meios utilizados é considerada conforme se no máximo houver uma infração muito grave e uma infração grave.

7. Modelo de Reporte e Monitorização

- 7.1.** É obrigação do Adjudicatário produzir os seguintes relatórios de suporte à gestão dos contratos:
- 7.1.1.** Relatórios de faturação;
 - 7.1.2.** Relatórios de níveis de serviço;
 - 7.1.3.** Relatórios de controlo de qualidade do serviço, previstos no presente caderno de encargos;
- 7.2.** Os relatórios de faturação deverão conter os seguintes elementos:



7.2.1. Entidade Adjudicante;

7.3. Informação da faturação relativa ao serviço prestado:

7.3.1. Serviços prestados, com indicação da duração do contrato e dos serviços previstos;

7.3.2. Preço dos serviços prestados (valor total do contrato e valor unitário).

7.4. Os relatórios de controlo de qualidade do serviço deverão conter, os seguintes elementos, por instalação:

7.4.1. Serviços prestados;

7.4.2. Registos entregues à Entidade Adjudicante;

7.4.3. Identificação e quantificação do pessoal afeto aos diversos serviços;

7.4.4. Informação sobre incumprimentos relativos ao número de hora/recursos contratados e respetiva justificação;

7.4.5. Informação sobre as reclamações apresentadas e o respetivo tratamento;

7.4.6. Informação sobre incumprimentos relativos aos processos, meios utilizados e respetiva justificação;

7.4.7. Informação sobre os resultados de auditorias ao estado da limpeza e respetiva justificação;

7.4.8. Lista dos produtos de limpeza utilizados;

7.4.9. N.º de ações não programadas, serviço prestado, data, horas/recursos utilizados;

7.5. Os relatórios de faturação deverão ser enviados à Entidade Adjudicante com uma periodicidade mensal.

7.6. Os relatórios de níveis de serviço e os relatórios de controlo de qualidade do serviço deverão ser enviados ao Gestor de Contrato da Entidade Adjudicante com uma periodicidade mensal.

7.7. Os relatórios de faturação deverão ser enviados à Entidade Adjudicante com uma periodicidade mensal.

7.8. O não envio dos relatórios de faturação e níveis de serviço, ou a existência de erros ou omissões nos mesmos que não permitam à Entidade Adjudicante monitorizar os contratos celebrados, terá um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida pela entidade adjudicante até à regularização da situação em causa, independentemente da aplicação de qualquer outro tipo de penalização por parte da entidade adjudicante e contemplada no presente Caderno de Encargos.

8. Patentes, Licenças e Marcas Registadas

8.1. São da responsabilidade dos prestadores de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, licenças ou marcas registadas, no âmbito do contrato celebrado.



9. Níveis de Serviço e requisitos técnicos de qualidade

- 9.1.** Os serviços de limpeza a prestar pelo Adjudicatário, a sua periodicidade de execução e os níveis de qualidade da limpeza que deverão resultar dos mesmos, devem satisfazer as especificações exigidas no documento "Especificações Técnicas" em anexo ao Caderno de Encargos.
- 9.2.** A prestação de serviços de limpeza deverá ser integralmente executada nas instalações afetas à Entidade Adjudicante.
- 9.3.** É da responsabilidade do Adjudicatário efetuar a gestão operacional dos consumíveis de higiene nas instalações de entidade adquirente, tais como a sua armazenagem, colocação e reposição, necessários para a manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias, garantindo a cobertura das necessidades de consumíveis em todo o período de funcionamento.
- 9.4.** É da responsabilidade do Adjudicatário relativamente aos trabalhadores selecionados para a prestação do serviço, o seguinte:
- 9.4.1.** Apresentar à Entidade Adjudicante uma lista, por edifício, dos trabalhadores afetos, com indicação dos nomes, vínculo laboral com data de início e duração, função, bem como os trabalhadores que os substituem em caso de férias, doença ou greve de transportes.
 - 9.4.2.** Controlar a cordialidade, bom trato e apresentação adequada dos trabalhadores;
 - 9.4.3.** Dar a formação necessária aos seus trabalhadores no que respeita a utilização e aplicação de produtos, à utilização de máquinas equipamentos, incluindo os de proteção individual.
- 9.5.** É da responsabilidade do Adjudicatário, relativamente à monitorização da qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, o seguinte:
- 9.5.1.** Disponibilizar as folhas de presença diárias dos trabalhadores ao serviço, em registo informático de fácil consulta;
 - 9.5.2.** Criar e disponibilizar registos de controlo da realização das tarefas, nomeadamente, limpeza de casa de banho, substituição de consumíveis, limpeza de vidros, realização de limpezas profundas ou não programadas;
 - 9.5.3.** Criar e manter atualizado um plano de higienização do qual conste o tipo de atividade, o produto/material/equipamento, modo de preparação/utilização e responsável;
 - 9.5.4.** Criar um modelo de check-list a utilizar pelo Supervisor nas visitas mensais às instalações;
 - 9.5.5.** Sensibilizar os trabalhadores e o encarregado respetivo para o correto preenchimento e controlo dos registos presentes nas instalações da Entidade Adjudicante.



- 9.5.6.** A prestação de serviços de limpeza será auditada mensalmente;
- 9.5.7.** Qualquer situação relativa à qualidade do serviço, a atualização de qualquer documento ou registo deve ser resolvida entre o Gestor do Contrato da Entidade Adjudicante e o Supervisor do Adjudicatário, deve, neste âmbito, ser enviado, por edifício, ao Gestor do Contrato, o seguinte:
- 9.5.7.1. Mensalmente:**
- 9.5.7.1.1.** Preenchimento, pelo Supervisor do Adjudicatário, de checklist do estado de limpeza, com indicação do dia, hora, piso e sala. Esta verificação poderá ser feita por amostragem;
 - 9.5.7.1.2.** Relatório com discriminação dos serviços prestados, incluindo quando aplicável, os serviços de limpeza profunda ou não programada;
 - 9.5.7.1.3.** Relatório com as reclamações efetuadas e o respetivo tratamento.
 - 9.5.7.1.4.** Resposta ao relatório de auditoria da Entidade Adjudicante, com registo das ações de melhoria tomadas em caso de incumprimento assinalado.

9.6. O Adjudicatário deverá cumprir todas as disposições legais nacionais e comunitárias e regulamentares em vigor, relativamente a todos os seus trabalhadores, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adquirente.

10. GESTOR DO CONTRATO

- 10.1.** Com a finalidade de acompanhar permanentemente a execução do contrato, será designado um gestor do contrato, nos termos do disposto no art.º 290º-A do CCP;
- 10.2.** Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

11. COLABORAÇÃO RECÍPROCA

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

12. INFORMAÇÃO E SIGILO

- 12.1.** O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo



cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato;

12.2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução;

12.3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

13. PREÇO CONTRATUAL

13.1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Castelo Branco deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;

13.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças];

13.3. O preço a que se refere o número 13.1 é pago da seguinte forma:

- O valor deverá ser pago mensalmente, mediante a apresentação das respetivas faturas e após os serviços prestados serem confirmados pelos responsáveis dos vários edifícios onde é prestada a limpeza.
- A fatura a emitir será por local, com mapa de presenças a acompanhar cada fatura.
- Cada edifício/local terá um gestor de contrato próprio, que deverá verificar e confirmar cada fatura emitida, bem como verificar o cumprimento do contrato, a todo o tempo.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A obrigação pecuniária vence-se, sem necessidade de novo aviso:

- a) 30 dias após a data em que o contraente público tiver recebido a fatura ou documento equivalente;
- b) 30 dias após a data da prestação dos serviços quando a data de receção da fatura ou de documento equivalente seja incerta;



- c) 30 dias após a data da prestação dos serviços quando o contraente público receba a fatura ou documento equivalente antes da prestação dos serviços;
- d) 30 dias após a data de aceitação ou verificação quando esteja previsto um processo mediante o qual deva ser determinada a conformidade serviços prestados e o contraente público receba a fatura ou documento equivalente em data anterior.

14.2. O período máximo de duração do procedimento de aceitação ou verificação referido na alínea d) do número anterior não pode exceder os 30 dias, salvo disposição em contrário, devidamente justificada no contrato;

14.3. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Castelo Branco, nos termos do art.º 299º do CCP, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem;

14.4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o total cumprimento das obrigações previstas nas peças concursais, desde que comprovada pelo Gestor do Contrato;

14.5. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Castelo Branco, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor do Contrato deve comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

15. ADIANTAMENTOS DE PREÇO

15.1. Em casos devidamente fundamentados, a entidade adjudicante pode propor adiantamentos do preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas quando:

- a) O valor dos adiantamentos não seja superior a 30 % do preço contratual;
- b) Seja prestada caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efetuados, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 88.º e 90.º do CCP;

15.2. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, no caso de a despesa inerente ao contrato se realizar em mais de um ano económico, o contraente público só pode efetuar adiantamentos de preço quando, até ao final do ano económico no qual são efetuados os adiantamentos, sejam realizadas prestações ou praticados atos preparatórios ou acessórios das mesmas de montante igual ou superior aos valores adiantados;

15.3. Em casos excecionais, podem ser efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas nos números anteriores, mediante decisão fundamentada do órgão competente para autorizar a correspondente despesa;

15.4. Na falta de estipulação contratual, os adiantamentos são imputados aos pagamentos contratualmente previstos;



15.5. Os termos concretos da imputação a que se refere o ponto anterior, incluindo a aplicação das fórmulas que sejam julgadas relevantes, devem ser fixados no contrato;

15.6. No caso de se verificarem adiantamentos de preço, a liberação da caução prestada para garantir tais adiantamentos será liberada nos termos previstos no art.º 295º do CCP.

16.JUROS DE MORA

A obrigação de pagamento de juros de mora por parte da Câmara Municipal de Castelo Branco, vence-se automaticamente, sem necessidade de novo aviso, uma vez vencida a obrigação pecuniária nos termos do nº 1 do art.º 299º do CCP, consoante o caso, ou decorrido o prazo previsto no ponto 14.1 do presente caderno de encargos.

17.FATURA ELETRÓNICA

17.1. O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, as quais, sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal, contêm imperativamente os seguintes elementos, sempre que aplicáveis:

- a) Identificadores do processo e da fatura;
- b) Período de faturação;
- c) Informações sobre o cocontratante;
- d) Informações sobre o contraente público;
- e) Informações sobre a entidade beneficiária, se distinta da anterior;
- f) Informações sobre o representante fiscal do cocontratante;
- g) Referência do contrato;
- h) Condições de entrega;
- i) Instruções de pagamento;
- j) Informações sobre ajustamentos e encargos;
- k) Informações sobre as rubricas da fatura;
- l) Totais da fatura.

18.REVOGAÇÃO

18.1. As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento;

18.2. Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo;

18.3. A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

19.RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE



19.1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

19.2. No caso previsto na alínea a) do ponto anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;

19.3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem;

19.4. Nos casos previstos na alínea c) do ponto 12.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

20.RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA

20.1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo cocontratante especialmente previstas no contrato, o contraente público pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
- b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização do contraente público;



- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pelo contraente público contrarie o princípio da boa-fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º;
- f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo cocontratante, nos casos em que a caução seja exigível;
- h) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

20.2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

20.3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, se estas tiverem sido exigidas e prestadas.

21.RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

- 21.1.** O contraente público pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, e mediante o pagamento ao cocontratante de justa indemnização;
- 21.2.** A indemnização a que o cocontratante tem direito corresponde aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos;
- 21.3.** A falta de pagamento da indemnização prevista nos números anteriores no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao cocontratante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

22.APLICAÇÃO DE SANÇÕES CONTRATUAIS

- 22.1.** Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Castelo Branco pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



- a) Pelo incumprimento das obrigações contratuais, até ao valor de 20% do preço contratual;
- b) Nos casos em que seja atingido o limite previsto no ponto anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %;
- c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal de Castelo Branco pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor de 20 % do preço contratual;
- d) Para efeitos dos limites previstos nas alíneas anteriores, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial;

22.2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Castelo Branco tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento;

22.3. As sanções pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que a Câmara Municipal de Castelo Branco exija uma indemnização pelo dano excedente.

23.FORÇA MAIOR

23.1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao prestador de serviços, nem é tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;

23.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do ponto anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;

23.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

23.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte;

23.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

24.FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

25. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

25.1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;

25.2. A cessão da posição contratual e a subcontratação são sempre vedadas:

- a) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP;
- b) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

25.3. Nos casos previstos na alínea b) do ponto anterior, deve o contraente público, de imediato, comunicar, à Autoridade da Concorrência os indícios dos atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

26.CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL PELO COCONTRATANTE

26.1. É permitida a cessão da posição contratual, salvo quando se verifique uma das seguintes condições:



- a. Quando haja transmissão universal ou parcial da posição do cocontratante, na sequência de reestruturação societária, nomeadamente, oferta pública de aquisição, aquisição ou fusão, a favor de cessionário que satisfaça os requisitos mínimos de habilitação e de capacidade técnica e de capacidade económica e financeira exigidos ao cocontratante;
- b. Quando o próprio contraente público assume as obrigações do cocontratante para com os subcontratados.

26.2. A autorização da cessão da posição contratual depende ainda:

- a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa;
- b) Do preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao cedente para efeitos de qualificação, quando esta tenha tido lugar na fase de formação do contrato em causa.

26.3. A autorização da subcontratação depende:

- a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa;
- b) Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, de requisitos mínimos de capacidade técnica ou de capacidade financeira, quando o contrato subordinar expressamente a subcontratação à avaliação dessas capacidades ou de uma delas, ou do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, dos requisitos mínimos de capacidade técnica relativos às prestações a subcontratar, sempre que o cocontratante recorra à capacidade de potenciais subcontratados, para efeitos de qualificação na fase de formação do contrato.

26.4. É proibida a subcontratação de mais de 50% do preço contratual.

27.EXECUÇÃO PESSOAL

Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao cocontratante a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

28.COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 28.1.** As comunicações e notificações ao abrigo do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios eletrónicos previstos no ponto 1.4 do Programa de Procedimento, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.



Designação do Procedimento: "Aquisição de serviços de limpeza e higiene a edifícios e outros espaços municipais"

Concurso n.º CPUrgente S 124/2021

28.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

29.CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se o disposto no art.º 471º do CCP.

30.LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Anexos:

- Especificações técnicas
- Mapa de Quantidades dos serviços a prestar.